

Referência: Convênio nº 980499/2025

Objeto: Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Nazaré/TO

Em atendimento ao Parecer de Diligência referente à análise do Projeto Básico, apresenta-se a seguinte justificativa quanto à composição da planilha orçamentária encaminhada.

A planilha orçamentária foi elaborada com base, prioritariamente, no **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)**, considerando a data base de novembro de 2025, conforme apresentado na documentação técnica.

A adoção do SINAPI ocorreu em razão das características específicas do objeto, que contempla a execução de pavimentação em blocos intertravados de concreto (piso sextavado), solução amplamente utilizada em vias urbanas e em trechos de baixo volume de tráfego em áreas rurais.

Esse tipo de pavimentação apresenta maior compatibilidade com as composições disponíveis no SINAPI, especialmente para os seguintes serviços:

- execução de pavimento em bloco intertravado;
- assentamento de meio-fio em concreto pré-moldado;
- regularização de subleito com solo local;
- serviços preliminares e complementares;

Destaca-se que o **Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO)** é voltado, predominantemente, para obras rodoviárias convencionais, com utilização de revestimentos asfálticos e estruturas típicas de rodovias de maior porte.

No presente caso, trata-se de pavimentação com blocos intertravados, aplicada em estrada vicinal com características híbridas entre via rural e urbana, o que justifica a utilização predominante do SINAPI.

Ressalta-se, ainda, que foram adotadas composições do SICRO nos serviços compatíveis com sua base técnica, como nos casos de escavação e carga de material de jazida e itens de sinalização viária, conforme consta na planilha orçamentária.

Dessa forma, a metodologia adotada buscou combinar diferentes sistemas referenciais, com o objetivo de garantir maior precisão técnica, compatibilidade dos serviços e aderência às composições disponíveis.

A utilização combinada de bases de custo encontra respaldo no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada tecnicamente, como no presente caso.

Assim, entende-se que os valores apresentados refletem de forma adequada os custos necessários à execução do objeto, garantindo a viabilidade técnica e econômica da proposta.

Responsável Técnico:

Marcos Oliveira da Silva
Engenheiro Civil – CREA nº 313.250-D/TO